

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**
SEÇÃO DE CONVÊNIOS DA SGC - CONV

Av. Padre Humberto Pietrogrande, Nº 3509 - Bairro São Raimundo - Prédio Administrativo 2º Andar - CEP 64075-065

Teresina - PI - www.tjpi.jus.br**TERMO DE CESSÃO DE USO TRE-PI Nº 02/2024**

Termo de Cessão de Uso Nº 16/2024 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SGC/CONV

**TERMO DE CESSÃO DE USO PARCIAL
GRATUITO DE BEM IMÓVEL, QUE
ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL
DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ E
O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO PIAUÍ.****Processo SEI nº 23.0.000145164-2**

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**, situado na Av. Padre Humberto Pietrogrande, Nº 3509, São Raimundi, CEP 64.075-065, Teresina-PI, inscrito no CNPJ nº 06.981.344/0001-05, neste ato representado pelo seu Presidente **Desembargador HILO DE ALMEIDA SOUSA**, denominado **CEDENTE**, e do outro lado, o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**, inscrito no CNPJ sob o nº 00.509.018/0016-08, com sede na Praça Des. Edgar Nogueira, Centro Cívico, CEP: 64060-000, Teresina - PI, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente **Desembargador SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS**, denominado **CESSIONÁRIO**, para celebrar o presente **TERMO DE CESSÃO DE USO PARCIAL GRATUITO DE IMÓVEL**, regido pelas Leis nº 14.133/2021, Lei nº 9.636/1998, pelo Decreto-lei nº 9.760/1946 e Decreto nº 3.725/2001, em conformidade com o Processo nº 23.0.000145164-2, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Termo a Cessão de Uso, a título gratuito, exceto pagamento de água e energia elétrica, de uma área (medindo 44,63m², conforme Informação Nº 32390/2024 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SENA), situada nas dependências do Fórum da Comarca de Demerval Lobão-PI, localizado na Rua Mato Grosso, nº 395, CEP: 64.000-000, Centro, Demerval Lobão-PI.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO USO DO IMÓVEL

2.1. A **CESSIONÁRIA** se compromete a usar a área deste termo para a instalação e funcionamento do Cartório da 54ª Zona Eleitoral.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

3.1. São obrigações e responsabilidade do **CEDENTE**:

I - emprestar ao **CESSIONÁRIO** os bens descritos na Cláusula Primeira, a título gratuito, para servirem ao uso a que se destinam e a garantir-lhe durante a execução do Termo o seu uso pacífico;

II - fornecer a completa descrição do estado em que se encontram os bens, quando de sua entrega, com expressa referência a eventuais defeitos existentes;

III - realizar periodicamente inventários, auditorias dos bens, quando necessário;

IV - facultar ao **CESSIONÁRIO** efetivar, sob seu custeio, as modificações e benfeitorias que julgar necessárias ao aproveitamento da área cedida, desde que não afetem a sua segurança e sejam atendidos os regulamentos e posturas municipais, convenção de domínio e regimento interno aplicáveis;

V - comunicar com antecedência de 06 (seis) meses, no caso de retomada do imóvel.

VI - responder pelos vícios ou defeitos ao empréstimo;

VII - comunicar qualquer reforma porventura realizada no período, resguardando sempre as características do espaço cedido;

3.2 São obrigações e responsabilidades da **CESSIONÁRIA**:

I - utilizar os bens para o fim único e exclusivo indicado na Cláusula Segunda, não podendo alterar a sua finalidade;

II - zelar pelo uso normal do imóvel, bem como pela sua conservação;

III - responder pelos encargos civis, administrativos e tributários, arcar com todas as despesas referentes à conservação, manutenção preventiva e corretiva, despesas com o consumo de internet, telefone, taxas, impostos, água, energia elétrica ou qualquer outra que venha incidir sobre os bens cedidos, a partir do seu efetivo recebimento;

IV - responsabilizar-se pela segurança do local cedido por eventuais danos, avarias, desaparecimentos, fragmentação, deterioração ou perecimento de materiais ou equipamentos armazenados, guardados ou instalados de forma inadequada, devendo, inclusive, manter a segurança necessária na dependências da Unidade Judiciária e de seu patrimônio arquivístico;

V - realizar a separação de danos ocorridos nos espaços cedidos ou nas suas instalações;

VI - comunicar previamente ao Tribunal de Justiça a realização de modificações ou benfeitorias necessárias ao bom funcionamento do imóvel objeto desta cessão;

VII - comunicar ao Tribunal de Justiça, com antecedência de 6 (seis) meses, no caso de renúncia ao uso dos espaços que lhe é conferido;

VIII - devolver o bem, objeto do presente termo, em perfeitas condições, ressalvado o seu desgaste normal, tanto na hipótese de término do prazo fixado na Cláusula Sétima, como no caso de sua rescisão antecipada;

IX - cumprir qualquer exigência das autoridades públicas referentes a atos praticados pela cessionária.

X - consentir ao Tribunal de Justiça, a qualquer tempo, examinar e vistoriar o imóvel, objeto deste instrumento

CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS

O CEDENTE não será responsável por quaisquer compromissos ou obrigações assumidas pela CESSIONÁRIA perante terceiros, ainda que vinculados ou decorrentes do uso dos bens emprestados, assim como não será o CEDENTE responsável, a qualquer título, por eventuais reformas, construções, danos ou indenizações a terceiros, em decorrência de atos da CESSIONÁRIA, por meio de servidores, prepostos ou contrantes.

CLÁUSULA QUINTA – PROTEÇÃO DE DADOS

Em decorrência da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018 (LGPD), que estabelece regras para tratamento de dados de pessoa física, ajustam as partes incluir as seguintes obrigações quanto à Privacidade e Proteção de Dados:

a) as partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais aos quais venham a ter acesso em decorrência da execução do Acordo, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento da cooperação técnica;

b) é vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução do Acordo, para finalidade distinta da contida no objeto da cooperação técnica, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

c) os partícipes obrigam-se a comunicar entre si, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência deste Acordo e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

d) as partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham a ter acesso em decorrência da execução do Acordo, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

CLÁUSULA SEXTA – DO DIREITO DE RETENÇÃO

As benfeitorias eventualmente realizadas pela CESSIONÁRIA, ainda que úteis ou necessárias, serão incorporadas ao imóvel, sem ensejar direito a indenização e retenção.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA NATUREZA JURÍDICA

A outorga da presente cessão de uso é feita por tempo determinado, de forma gratuita e intransferível.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente termo ora celebrado terá vigência de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário da Justiça, deste Poder Judiciário.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização relativa à correta utilização dos espaços cedidos e adequação às finalidade previstas neste Termo caberá aos representantes dos partícipes, que poderão, a qualquer tempo, promover diligências destinadas à inspeção.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO E RESTITUIÇÃO

O CEDENTE poderá, a qualquer tempo e dentro das suas conveniências, desde que notifique previamente o CESSIONÁRIA, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, solicitar a restituição dos bens, objeto deste termo, ficando a CESSIONÁRIA obrigada a entregá-los nas mesmas condições que recebeu.

PARÁGRAFO ÚNICO - Rescindido o Termo, o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, de pleno direito, reintegrar-se-á na posse do imóvel.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida deste Termo será providenciada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, na forma e para os fins da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e quaisquer ajustes que se façam necessários em decorrência do presente ajuste serão resolvidos de comum acordo pelas partes e à luz da legislação aplicável, lavrando-se, se necessário, termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro de Teresina, capital do Estado do Piauí, como competente para dirimir qualquer dúvida ou litígio decorrente deste termo.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento os representantes das partes, que abaixo assinam:



Documento assinado eletronicamente por **Sebastião Ribeiro Martins, Desembargador**, em 03/07/2024, às 09:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Hilo de Almeida Sousa, Presidente**, em 25/07/2024, às 10:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **5606745** e o código CRC **22D553D7**.



PROCESSO SEI Nº: 23.0.000140990-5

PARTÍCIPIES:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

REPRESENTANTE: Presidente, Desembargador HILO DE ALMEIDA SOUSA

CNPJ Nº: 06.981.344/0001-05

MUNICÍPIO DE ITAUEIRA

REPRESENTANTE: Prefeito, OSMUNDO DE MORAES ANDRADE

CNPJ Nº: 06.554.091/0001-93

OBJETO: O presente termo tem por objeto a cooperação mútua, técnica e administrativa, com vistas a promover maior integração de atividades de interesse comum entre os conveniados, bem como **permitir a disposição/cessão recíproca de servidores.**

VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos a contar da data da sua publicação.

ÔNUS DA COOPERAÇÃO: A disposição/cessão se dará com ônus remuneratório para o ente cedente, na forma do art. 12 da Resolução TJPI nº 108/2018.

DATA DA ASSINATURA: 25/07/2024

7.2. EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

Termo de Cessão de Uso Nº 16/2024 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SGC/CONV

PROCESSO SEI Nº: 23.0.000145164-2

CEDENTE: Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

REPRESENTANTE DO CEDENTE: Presidente, Desembargador HILO DE ALMEIDA SOUSA

CNPJ Nº: 06.981.344/0001-05

CESSIONÁRIO: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

REPRESENTANTE DO CESSIONÁRIO: Presidente, Desembargador SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS

CNPJ Nº: 00.509.018/0016-08

OBJETO: Constitui objeto deste Termo a Cessão de Uso, a título gratuito, exceto pagamento de água e energia elétrica, de uma área (medindo 44,63m², conforme Informação Nº 32390/2024 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SENA), situada nas dependências do Fórum da Comarca de Demerval Lobão-PI, localizado na Rua Mato Grosso, nº 395, CEP: 64.000-000, Centro, Demerval Lobão-PI.

VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário da Justiça, deste Poder Judiciário.

DATA DA ASSINATURA: 25/07/2024

7.3. Publicação de Termo Aditivo

ATO/ESPÉCIE: QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 075/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 24.0.000068763-0

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

CNPJ/CONTRATANTE: 06.981.344/0001-05

EMPRESA/CONTRATADA: INFINITY LOCAÇÃO SERVIÇOS E GESTÃO LTDA.

CNPJ/CONTRATADA: 23.098.439/0001-02

OBJETO/RESUMO: O presente aditivo tem por objeto a **REPACTUAÇÃO** dos preços do Contrato nº 075/2023, nos termos do inciso III do art. 55, do inciso II, alínea "d", do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no previsto na CLÁUSULA VIGÉSIMA do Contrato nº 075/2023.

REPACTUAÇÃO: Pelo presente termo aditivo, fica repactuado o valor originalmente estabelecido em contrato referente a mão de obra, em observância à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e com base na Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2024, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego n. PI000048/2024. O valor mensal, após repactuado, para o posto de Operador de Som e Imagem é de R\$ 6.776,46 (seis mil setecentos e setenta e seis reais e quarenta e seis centavos) a partir de 01/01/2024, conforme planilha de repactuação doc. SEI n. 5698352. O valor mensal do contrato, após repactuado, é de R\$ 27.105,84 (vinte e sete mil cento e cinco reais e oitenta e quatro centavos) a partir de 01/01/2024, distribuídos no 1º e 2º Grau, conforme doc. SEI n. 5698352. Os efeitos financeiros decorrentes do acréscimo vigoram a partir das datas-bases constantes nos referidos instrumentos normativos homogêneos ou heterogêneos que as motivam.

VALOR DO TERMO ADITIVO: O valor a ser adicionado ao contrato, para cobrir as despesas decorrentes da repactuação, é de R\$ 58.942,06 (cinquenta e oito mil novecentos e quarenta e dois reais e seis centavos). O impacto financeiro será alocado no 1º e 2º Grau, sendo: R\$ 23.362,20 (vinte e três mil trezentos e sessenta e dois reais e vinte centavos) para o 1º Grau e R\$ 7.787,40 (sete mil setecentos e oitenta e sete reais e quarenta centavos) para o 2º Grau, correspondente à repactuação relativa ao período de 01/01/2024 a 31/12/2024. R\$ 20.844,34 (vinte mil oitocentos e quarenta e quatro reais e trinta e quatro centavos) para o 1º Grau e R\$ 6.948,11 (seis mil novecentos e quarenta e oito reais e onze centavos) para o 2º Grau, correspondente à repactuação relativa ao período de 01/01/2025 a 02/11/2025.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS: Os recursos para atender as despesas decorrentes deste Termo Aditivo serão oriundos do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, vinculado à vigente Lei Orçamentária Anual e discriminados sob os seguintes códigos:

Unidade Orçamentária:	04101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Natureza da Despesa:	339037 - Locação de Mão de Obra
Fonte:	760 - Recursos de Emolumentos, Taxas e Custas
Projeto/Atividade:	6100 - Custeio Administrativo do Poder Judiciário Estadual
Classificação Funcional:	02.061.0115.6100
Plano Orçamentário:	000162 - 1º Grau de Jurisdição
Projeto/Atividade:	6100 - Custeio Administrativo do Poder Judiciário Estadual
Classificação Funcional:	02.061.0115.6100
Plano Orçamentário:	000163 - 2º Grau de Jurisdição

A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à CONTRATANTE, na Lei Orçamentária Anual.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente termo aditivo decorre de autorização do Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, exarada na Decisão Nº 10318/2024, e encontra amparo legal nos artigos 55, inciso III, e 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93, na Instrução Normativa MP n. 05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2024, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego n. PI000048/2024.

DATA DA ASSINATURA: 25/07/2024

ASSINATURAS:

Documento assinado eletronicamente por Hilo de Almeida Sousa

Documento assinado eletronicamente por FELIPE COSTA DUALIBE.

7.4. EXTRATO DE TERMO ADITIVO